

## Ordem do dia

A Assembleia Nacional aprovou a Ordem do Dia abaixo indicada para a Sessão Plenária do dia 23 de Abril de 2014 e seguintes:

### I – Questões de Política Interna e Externa:

- Debate sobre «As medidas de política em curso no sector da água e saneamento, e o seu impacto na qualidade de vida dos Cabo-verdianos e na competitividade geral do País».

### II – Interpelação ao Governo sobre:

1. «As Políticas da Educação, Formação Profissional e Emprego»
2. «O Estado da Comunicação Social Pública»

### III- Perguntas dos Deputados ao Governo

### IV- Aprovação de Projectos e Propostas de Lei:

1. Projecto de Lei que estabelece o Regime Jurídico da Liberdade de Religião e de Culto (votação final global)
2. Proposta de Lei que regula a organização, a composição a competência e o funcionamento do Tribunal de Contas
3. Proposta de Lei que aprova a implementação das obrigações decorrentes da Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção, armazenamento, e utilização de armas químicas e sobre a sua destruição

Gabinete do Presidente da Assembleia Nacional, 23 de Abril de 2014. – O Presidente, *Basílio Mosso Ramos*

## Resolução n.º 105/VIII/2014

de 23 de Maio

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) do artigo 179º da Constituição, a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Objecto

É aprovado, para ratificação, o Acordo de Cooperação no domínio da Defesa entre o Executivo da República de Angola e a República de Cabo Verde, assinado na Cidade do Tarrafal, aos 3 dias do mês de Dezembro de 2013, cujo texto em língua portuguesa se publica em anexo à presente Resolução, da qual faz parte integrante.

Artigo 2.º

Produção de efeitos

O Acordo referido no artigo anterior produz efeitos em conformidade com o que nele se estipula.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 27 de Março de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

## ACORDO DE COOPERAÇÃO NO DOMÍNIO DA DEFESA ENTRE O EXECUTIVO DA REPÚBLICA DE ANGOLA E A REPÚBLICA DE CABO VERDE

### Preâmbulo

O Executivo da República de Angola e a República de Cabo Verde, doravante referidas conjuntamente como “as Partes” e, separadamente como “a Parte”.

*Considerando* os propósitos do Acordo Geral de Amizade e Cooperação entre o então Governo da República de Angola e o Governo da República de Cabo Verde, assinado em Luanda, aos 15 de Dezembro de 1976;

*Fiéis* aos objectivos e princípios da carta da Organização das Nações Unidas e do Acto Constitutivo da União Africana;

*Animadas* pela vontade de reforçar os laços históricos de amizade e irmandade que unem os dois povos;

*Convencidas* de que o entendimento mútuo, o intercâmbio de informações e o incremento da cooperação entre as Partes, favorecerão a paz, a segurança e a estabilidade internacionais; e

*Determinadas* a desenvolver relações de cooperação no domínio da defesa baseadas nos princípios do respeito mútuo pela independência, soberania, integridade territorial, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, e reciprocidade de vantagens.

Por este meio, acordam o seguinte:

Artigo 1º

(Objecto)

O presente Acordo tem por objecto a cooperação entre as Partes no domínio da Defesa, em especial, na área técnico-militar, quando para tal solicitadas e na medida das suas possibilidades, em conformidade com o direito interno das Partes e com as normas aplicáveis do direito internacional.

Artigo 2º

(Âmbito)

As Partes decidem, como áreas de cooperação, nomeadamente as seguintes:

- a) Segurança internacional;
- b) Segurança marítima;
- c) Política de defesa;
- d) Ensino e instrução;
- e) Sistema de informações e comunicações militares;
- f) Missões de apoio à paz;
- g) Operações humanitárias;
- h) Busca e salvamento;
- i) Saúde e assistência médica;

- j) Justiça militar;
- k) Desporto e cultura;
- l) Desarmamento e controlo de armamentos;
- m) Relações civil-militar;
- n) Quaisquer outras áreas que as Partes julguem necessárias e apropriadas.

Artigo 3º

(Formas de Cooperação)

As Partes acordam realizar a cooperação nas seguintes formas:

- a) Visitas mútuas, entre as Partes, de delegações de alto nível, a entidades civis e militares;
- b) Reuniões entre instituições de defesa equivalentes;
- c) Formação de quadros e pessoal técnico-militar, nos estabelecimentos de ensino das Partes;
- d) Intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares;
- e) Promoção de acções conjuntas de treino e instrução militar, exercícios militares combinados, bem como a correspondente troca de informação;
- f) Participação em cursos teóricos e práticos, estágios, conferências, seminários, debates e simpósios de interesse da defesa;
- g) Consultoria no domínio da potenciação, emprego do armamento e técnica militar, bem como outras áreas de interesse militar e técnico militar;
- h) Participação, como observadores, em manobras e outros exercícios militares nacionais;
- i) Visitas de navios de guerra e aeronaves militares;
- j) Troca de informação, documentos e serviços;
- k) Intercâmbio de delegações e trocas de experiências;
- l) Organização e/ou participação em eventos culturais e desportivos; e
- m) Outras formas de cooperação de acordo entre as Partes.

Artigo 4º

(Organização e Implementação)

1. Para velar pela aplicação do presente Acordo, as Partes acordam instituir um Comité Conjunto de Cooperação de Defesa, Angolano-Cabo-Verdiano, adiante designado por "Comité de Cooperação de Defesa", ou, abreviadamente, por "Comité", e integrado por representantes dos Ministérios da Defesa Nacional e das Forças Armadas de ambas as Partes.

2. O Comité deverá funcionar com planos de trabalho aprovados pelos Ministérios da Defesa Nacional.

3. As Partes acordam que as acções concretas de cooperação, nas áreas e formas definidas pelos artigos 2º e 3º do presente Acordo, os termos e as condições da sua implementação devem ser estabelecidas em Protocolos, Contratos e outros instrumentos jurídicos a assinar pelas Partes, sempre e quando estas considerarem necessário.

Artigo 5º

(Atribuições do Comité)

Comité tem as seguintes atribuições:

- a) Propor o rumo a seguir para a promoção e intensificação da cooperação prevista no presente Acordo;
- b) Estabelecer os mecanismos necessários para a implementação do presente Acordo;
- c) Elaborar recomendações às entidades responsáveis das Partes, sobre assuntos da cooperação bilateral, no domínio da Defesa;
- d) Estudar e fazer recomendações sobre a criação e implementação de programas e projectos de cooperação específicos, com vista à efectiva execução do presente Acordo;
- e) Coordenar as actividades dos órgãos governamentais e entidades, no que se refere aos assuntos da cooperação de Defesa prevista no presente Acordo;
- f) Rever os progressos alcançados na execução das decisões acordadas pelas Partes e, elaborar propostas de programas e planos de acção, com vista à melhor aplicação do presente Acordo;
- g) Resolver, ou propor soluções, para os problemas que possam resultar da aplicação das cláusulas do presente Acordo;
- h) Propor soluções para resolução de divergências surgidas na interpretação e execução do presente Acordo;
- i) Elaborar o plano anual de trabalho, e definir os meios humanos, técnico-materiais e financeiros, necessários à sua execução;
- j) Submeter o plano anual de trabalho, os programas e projectos de cooperação, à consideração das autoridades competentes das Partes, com vista à sua aprovação atempada e, zelar pelo seu cumprimento;
- k) Elaborar, anualmente, os relatórios das actividades desenvolvidas; e
- l) Desempenhar as demais atribuições que lhe foram superiormente incumbidas.



1 658 000 002375

Artigo 6º

(Composição do Comité)

1. O Comité é composto pelas Partes Angolana e Cabo-Verdiana.

2. Cada uma das Partes do Acordo comporta um co-Presidente, um co-Secretário e Membros nomeados, provenientes dos órgãos governamentais e das Forças Armadas da República de Angola e da República de Cabo Verde, respectivamente.

3. As Partes nacionais do comité informam-se mutuamente sobre a sua composição e eventuais alterações.

4. O Comité pode criar Comissões e Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sempre que o considerarem necessário, podendo nestes integrar pessoas que não sejam membros do Comité, que entretanto, não poderão chefiar as Comissões e os Grupos de Trabalho.

5. Os co-Presidentes podem convidar peritos, não-membros do Comité, para participarem nas reuniões deste, sempre que se mostram necessários.

6. Os organismos de tutela do Comité das Partes nacionais são:

- a) Pela Parte Angolana - o Ministério da Defesa Nacional da República de Angola;
- b) Pela Parte Cabo-Verdiana - o Ministério da Defesa Nacional da República de Cabo Verde.

Artigo 7º

(Presidência do Comité)

1. O Comité é presidido, alternadamente, pelo co-Presidente do país anfitrião das reuniões, com um mandato de 1 (um) ano, e co-presidido pelo co-Presidente do país visitante.

2. À Presidência compete:

- a) Convocar e presidir as reuniões do Comité;
- b) Assinar as actas das reuniões;
- c) Garantir a articulação funcional das Partes;
- d) Assegurar as medidas que se mostrem necessárias à implementação das decisões das reuniões do Comité;
- e) Submeter à apreciação das entidades competentes das Partes, o plano anual, os programas e projectos de cooperação e demais documentos afectos à actividade do Comité que o requeiram; e
- f) Praticar todos os actos necessários ao exercício das suas funções, quer as decorrentes do presente Acordo ou as determinadas pelos órgãos superiores.

Artigo 8º

(Secretariado do Comité)

1. O Secretariado do Comité é da responsabilidade da Parte que detém a presidência do Comité, coadjuvado pela outra parte.

2. Ao Secretariado compete:

- a) Assegurar a organização e o apoio técnico às reuniões do Comité e outros eventos similares, decorrentes da aplicação do presente Acordo;
- b) Elaborar os projectos de actas, relatórios e demais documentos administrativos respeitantes às reuniões e eventos referidos na alínea anterior;
- c) Auxiliar a Presidência no exercício das suas funções;
- d) Acompanhar a implementação das decisões do Comité; e
- e) Praticar todos os actos necessários para exercício pleno das suas funções, quer as previstas no presente Acordo ou as determinadas pela Presidência.

Artigo 9º

(Reuniões do Comité)

1. O Comité reúne-se, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano, alternadamente em Angola e em Cabo Verde, podendo realizar reuniões extraordinárias, sempre que a necessidade o aconselhe, em local a acordar entre as Partes.

2. As reuniões do Comité realizar-se-ão em sessões plenárias, podendo desdobrar-se em comissões de trabalho.

Artigo 10º

(Convocatórias)

1. As convocatórias para as reuniões do Comité são enviadas com uma antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo fazer-se acompanhar dos projectos de Programa, Agenda de Trabalho e demais documentos de suporte.

2. O local, as datas e a Agenda de Trabalho de cada reunião devem ser determinados de harmonia com as propostas e decisões da Partes do Comité.

Artigo 11º

(Deliberação do Comité)

As deliberações do Comité são tomadas por consenso, devendo as decisões constarem dos documentos adoptados, redigidos na língua portuguesa e assinados pelos co-Presidentes.

Artigos 12º

(Encargos Materiais e Financeiros)

1. As obrigações materiais e financeiras das Partes, resultantes da implementação do presente Acordo, conforme o espírito e letra dos seus artigos 1º, 2º e 3º, são estabelecidos nos Instrumentos jurídicos referidos no n.º 3 do artigo 4º do presente Acordo.

2. Os encargos materiais e financeiros, necessários à realização das reuniões do Comité são suportados pelas Partes, na forma que a seguir se indica, salvo se por escrito as Partes tiverem acordado de outro modo:

- a) A delegação da Parte visitante custeia, a expensas próprias, as despesas com a sua

transportação para o território da Parte anfitriã e vice-versa, assim como as despesas com o seu alojamento e alimentação, ou qualquer outra despesa que efectue durante a sua permanência no território da Parte anfitriã;

- b) A parte anfitriã suporta, a expensas próprias, as despesas com a transportação local da delegação da Parte visitante, assim como cria as condições técnicas e materiais necessárias ao bom desempenho da reunião do Comité.

3. Na implementação do presente Acordo, a Parte anfitriã concorda em conceder, gratuitamente, aos membros da Parte visitante, a necessária assistência médica e medicamentosa de emergência, disponível, porém, a parte visitante é responsável pelos custos de qualquer despesa por si contraída, junto de instituições de saúde da Parte anfitriã, que não sejam as de assistência médica de emergência, devendo o pagamento ser feito à cobrança, ao preço usual praticado para os cidadãos desta.

4. A Parte visitante é responsável pela evacuação ou remoção do seu pessoal doente, ferido ou falecido.

#### Artigo 13º

##### (Responsabilidade Civil)

1. Nenhuma das Partes demandará qualquer acção civil contra a outra Parte, ou membro do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas da outra parte, por danos causados no exercício de actividades que se enquadrem no âmbito do presente Acordo.

2. Quando os membros do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas de uma das Partes causarem perda ou danos a terceiros, por imprudência, imperícia, negligência ou intencionalmente, tal Parte será responsável pela perda ou dano causado, conforme a legislação vigente no Estado anfitrião.

3. Nos termos da legislação do Estado anfitrião, as Partes indemnizarão qualquer dano causado a terceiros, por membros dos seus Ministérios da Defesa Nacional e Forças Armadas, por ocasião da execução dos seus deveres oficiais, nos termos do presente Acordo.

4. Se o pessoal do Ministério da Defesa Nacional e as Forças Armadas de ambas as Partes forem responsáveis pela perda ou dano causado a terceiros, assumirão ambas, solidariamente, a responsabilidade.

#### Artigo 14º

##### (Sigilo)

1. As Partes obrigam-se a não revelar qualquer informação classificada a que tenham acesso, decorrente da aplicação do presente Acordo.

2. A informação classificada só pode ser revelada aos membros das Partes, aos quais tal revelação seja essencial para a implementação do presente Acordo, Protocolos e outros Instrumentos jurídicos adicionais, e só depois de terem sido tomadas todas as precauções para garantir que os membros das Partes não revelarão tal informação.

3. As Partes comprometem-se a não usar qualquer informação classificada obtida a partir desta cooperação bilateral, em detrimento da outra Parte, ou contra os interesses de outros Estados.

4. As proibições referidas nos n.ºs 1, 2 e 3 do presente artigo continuarão a ser aplicáveis, mesmo após a cessação da vigência do presente Acordo.

5. A troca de informação classificada entre as Partes será definida em Protocolo específico, a concertar entre as mesmas.

#### Artigo 15º

##### (Força Maior)

1. Nenhuma das Partes deverá ser responsabilizada pelo atraso ou incumprimento das obrigações previstas no presente Acordo, desde que ocorram por razões de força maior.

2. A Parte que registar uma situação de força maior deverá imediatamente notificar, por escrito, a outra parte sobre a mesma.

3. Entende-se por “força maior”, um acontecimento de tal forma poderoso e que tenha ocorrido à revelia da vontade da outra Parte que, por isso, lhe exclua qualquer culpa. Compreende guerra declarada ou não, eventos produzidos pela natureza, como terremotos, tempestades, inundações, raios ou qualquer outro evento que era, à época em que o presente Acordo foi firmado, impossível de ser previsto pela Parte que solicitar o respaldo, fundamentado em caso de força maior.

#### Artigo 16º

##### (Direito Interno)

A Parte visitante deve respeitar a legislação e as regras das instituições da Parte anfitriã.

#### Artigo 17º

##### (Resolução de Diferendos)

Qualquer diferendo, respeitante à interpretação e/ou execução do presente Acordo, deve ser resolvido entre as Partes, através de consultas e negociações, sem recurso a uma terceira parte.

#### Artigo 18º

##### (Revisão)

1. Cada uma das Partes pode requerer a qualquer momento, por notificação à outra, por via diplomática, a revisão, no todo ou em parte, do presente Acordo, devendo-se iniciar de seguida um período de consultas e negociações, relativas às emendas a introduzir.

2. As emendas, acordadas por escrito, entram em vigor, nos termos do artigo 20º do presente Acordo, do qual são parte integrante.

#### Artigo 19º

##### (Suspensão e Denúncia)

1. As Partes reservam-se ao direito de suspender a execução, no todo ou em parte, do disposto no presente Acordo, durante um determinado período de tempo, ou

de proceder à sua denúncia, se sobrevier modificação das condições existentes à data da sua assinatura, que ponham em causa a continuidade da cooperação nela prevista.

2. A suspensão da execução ou denúncia referida no número anterior não deve ser interpretada como um acto inamistoso entre as Partes.

3. A suspensão da execução ou denúncia do presente Acordo, nos termos referidos no n.º 1, deve ser objecto de notificação prévia e por escrito da Parte interessada, à outra Parte, com uma antecedência mínima de 90 (noventa) dias, devendo as questões pendentes, atinentes à implementação do presente Acordo, ser resolvidas por mútuo acordo entre as Partes.

Artigo 20º

(Entrada em Vigor)

1. O presente Acordo entra em vigor após as Partes terem concluído entre si, por escrito, através do canal diplomático, a troca dos instrumentos que certificam o cumprimento das exigências constitucionais, por cada uma das Partes, para efeitos de validação do presente Acordo.

2. A data da entrada em vigor deve ser a do 30º (trigésimo) dia após a data de recepção da última notificação da outra Parte.

Artigo 21º

(Vigência)

1. O presente Acordo é válido por um período de 5 (cinco) anos, prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de 1 (um) ano, salvo denúncia de qualquer das Partes.

2. A cessação da vigência do presente Acordo não influi na realização dos contratos em execução, celebrados ao abrigo do presente Acordo, salvo novos entendimentos alcançados pelas Partes.

Artigo 22º

(Registo)

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado submetê-lo-á para registo junto do Secretariado das Nações Unidas imediatamente após a sua entrada em vigor, nos termos do artigo 102º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar-lhe o número de registo atribuído.

Em testemunho do que, os plenipotenciários das Partes, devidamente mandatados, assinam o presente Acordo, em 2 (dois) exemplares originais, em língua portuguesa, cabendo a cada uma das Partes um exemplar.

Feito na Cidade do Tarrafal, aos três dias do mês de Dezembro de 2013.

Pela República de Cabo Verde, *Jorge Homero Tolentino Araújo*, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e da Defesa Nacional

Pelo Executivo da República de Angola, *Cândido Pereira dos Santos Van-Dúnem*, Ministro da Defesa Nacional

## Resolução n.º 106/VIII/2014

de 23 de Maio

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) do artigo 179º da Constituição, a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Objecto

É aprovado, para ratificação, o Acordo entre a União Europeia e a República de Cabo Verde sobre a Facilitação da Emissão de Vistos de Curta Duração para cidadãos da República de Cabo Verde e da União Europeia, cujo texto na língua portuguesa se publica em anexo e faz parte integrante do presente diploma.

Artigo 2.º

Produção de efeitos

O Acordo referido no artigo anterior produz efeitos em conformidade com o que nele se estipula.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação

Aprovada em 27 de Março de 2014.

Publique-se.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Basílio Mosso Ramos*

### ACORDO ENTRE A REPÚBLICA DE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA SOBRE A FACILITAÇÃO DA EMISSÃO DE VISTOS DE CURTA DURAÇÃO PARA OS CIDADÃOS DA REPÚBLICA DE CABO VERDE E DA UNIÃO EUROPEIA

A República de Cabo Verde a seguir designada “Cabo Verde”,

A União Europeia, a seguir designada “União”,  
a seguir designados “Partes”,

*Desejando* promover os contactos entre os seus povos como condição essencial para um desenvolvimento estável dos laços económicos, humanitários, culturais, científicos e outros, através da facilitação da emissão de vistos para os seus cidadãos numa base de reciprocidade,

*Tendo em conta* a Declaração conjunta de 5 de junho de 2008 sobre a Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia e Cabo Verde, segundo a qual as Partes devem procurar desenvolver um diálogo sobre as questões em matéria de vistos de curta duração, com vista a facilitar a mobilidade de certas categorias de pessoas,

*Recordando* o Acordo de Parceria de Cotonu e a Parceria Especial entre a União Europeia e Cabo Verde, aprovada pelo Conselho da União Europeia em 19 de novembro de 2007,